

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

EXPERIÊNCIAS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES TRABALHADORES: REDES DE CONVIVÊNCIA E RELAÇÕES DE PODER NO OESTE PARANAENSE (1960-2021)

Patricia Vieira Morais
Mestranda em História, UNIOESTE
e-mail: patricia_vieiramorais@hotmail.com

No sentido de apresentar a pesquisa que venho desenvolvendo para a dissertação de mestrado, procurei propor nesse texto uma pequena problematização em relação as experiências de sujeitos que trabalham desde quando crianças e/ou adolescentes e seus vínculos com as redes de convivências no Oeste do Paraná, a partir de 1960. Essas relações aparecem nas evidências, assinalando tensões a respeito do trabalho, moralidades, práticas, renda, expectativas, necessidades comuns entre esses sujeitos; estas atreladas também às afetividades construídas nesses modos de viver.

Desde o momento inicial de pesquisa tive de readequar muitos caminhos devido a pandemia da Covid-19, especialmente na construção de entrevistas com os trabalhadores nas diferentes cidades do Oeste do Paraná. Com esse cenário a estratégia foi buscar indícios dessas relações remotamente, assim enviei muitos pedidos de informações para diversas cidades que compõe o Oeste paranaense para verificar a possibilidade de acessar materiais das Secretarias de Assistência Social através de e-mail, sites, plataformas, etc. Quando me referia aos documentos que tinha interesse de acessar recebi principalmente duas respostas: a primeira indicava a impossibilidade de acessar esses materiais por questões de sigilo; e, a segunda, apontava as relações de trabalho de crianças e adolescentes nesses municípios como inexistentes ou ao menos sem registro nessas instituições. Também procurei questionar sobre as campanhas realizadas contra o trabalho infantil e, segundo as informações repassadas, não haviam materiais com os quais pudesse ter contato, uma vez que as “campanhas”, eram realizadas geralmente em formato de “palestra”, presencialmente e sem nenhum registro documental.

Nesse percurso, construí muitas questões a respeito das experiências desses trabalhadores mais recentemente: de qual modo a prática de atribuir sigilo, aplicado a esses documentos, pode me ajudar a pensar como são tratadas as discussões envolvendo

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

crianças e adolescentes no tempo presente? O que isso me diz sobre as transformações históricas envolvendo crianças e adolescentes em relação as outras fontes que possuo e que evidenciam um outro cenário social? As explicações desses funcionários sobre a existência ou não do registro dessas práticas apresentam que tipo de imagem sobre essas condições e sobre como essas instituições lidam com essas questões? O modo como são realizadas as “campanhas” contra o trabalho infantil indicam como são tratadas tais relações nessas instituições e sobre a continuidade dessa prática?

Felizmente, consegui acessar alguns materiais disponibilizados pelo CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) de Pato Bragado-PR e pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) de Catanduvas-PR. Neles aparecem evidências de como se dá a relação dessas instituições com os trabalhadores sujeitos da pesquisa. Bem como, o modo como esses trabalhadores vivem e seus enfrentamentos, e ainda, como o trabalho de crianças e adolescentes são tratadas/pensadas por esses funcionários e também por outros sujeitos que convivem com esses trabalhadores. Assim, esse exercício de análise intenciona apontar algumas questões que fazem parte de minha reflexão atual baseada nas análises de fontes, tendo em vista um enredo social que ao mesmo tempo em que caracteriza certas práticas de trabalho de crianças e adolescentes como exploração e negligência, nas relações estabelecidas com muitos trabalhadores a questão do trabalho na maioria das vezes não é vista com relevância. Essas relações aparecem nos documentos da assistência social, mas também nas entrevistas com esses trabalhadores e funcionárias dessas instituições e em índices estatísticos que acessei.

Quando acessei as fontes da assistência social busquei refletir sobre as seguintes questões: que tipo de documentações são essas? Como foram produzidas? Quem as produziu? Por quê foram produzidas? Mas, acima de tudo, como essas evidências se relacionam com ao meu objeto de pesquisa? Acredito que essas questões são importantes porque fazem refletir sobre a natureza das evidências, como vamos analisa-las e seus usos em nossos trabalhos, sendo que as perguntas para as fontes são parte essencial que constroem nosso método de análise, como aponta Lara (2008):

Quando queremos saber coisas que não estão explicitamente registradas por eles, ou que não estão ligadas às motivações que deram origem aos escritos, temos que recorrer a estratégias para obter informações – inventar modos e

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

meios de retirar dados e obter respostas para nossas perguntas – e, portanto, inventar fontes (LARA, 2008, p. 19)

Sobre isso, situo Paula¹, de 13 anos e residente na cidade de Pato Bragado. A trabalhadora consta nos registros do CREAS no ano de 2020, momento em que estava sendo acompanhada pela equipe devido ao abuso sexual que sofreu por parte do padrasto Fabricio. Em seu prontuário constam cópias do depoimento de Paula:

Paula fala que a situação começou em uma festa de aniversário que foi com a mãe, o padrasto e os irmãos. “A mãe sempre manda a gente ir primeiro, porque fica tarde. Daí eu fui com os meus irmãos e fui dormir na sala. Um tempo depois a minha mãe chegou em casa brava que tinha brigado com ele e trancou a casa, só que a janela ficou aberta. A gente mora no segundo andar. Daí ele veio depois, pulou a janela e eu acordei com ele com a mão dentro do meu shorts. Daí eu contei pra minha mãe, ela mandou ele embora, mas eu descobri que eles ainda tavam ficando e logo ele voltou a morar com a gente. Daí ele ficava me olhando com uma cara estranha, vinha pro meu lado e a minha mãe sabia, mas não fazia nada. Daí eu falei pra ela que ou ele saía, ou eu saía (sic). Fala que fugiu de casa e foi para a casa de um amigo, Rodrigo (17 anos). Que juntos, foram até o Conselho Tutelar e contaram o que tinha acontecido. Em função da denúncia, os conselheiros levaram a adolescente para a casa da tia, Marcela. “Eu gostava de ficar lá, mas não é bom ficar numa casa onde ninguém gosta de quem você é, das roupas que usa, das músicas que ouve, com quem você fala e o jeito como fala” (sic). Paula diz que ficou, aproximadamente, dois meses e meio na casa de Marcela. Nesse tempo, segundo ela, não conversou e nem viu a mãe. “Dois dias antes a psicóloga ligou avisando que eu ia voltar pra casa, daí o Conselho foi me buscar, era uma seis da tarde. Quando eu voltei, a gente se abraçou e ficou tudo bem” (sic). Paula fala que o relacionamento está melhor em casa. Conta que se dá bem com os irmãos, apenas briga porque “não querem me ajudar a fazer o serviço de casa. Antes eu não gostava de fazer o serviço de casa, mas agora eu gosto” (sic). Acrescenta que estava trabalhando como babá e que estava gostando, mas “eu parei hoje por causa do corona vírus. A minha patroa vai parar de trabalhar, daí ela não precisa mais de ajuda pra cuidar” (sic). Sobre a genitora, fala que “a gente fazia de tudo pra provar pra ela que a gente era bons filhos, mas ela sempre tava gritando, descontava o estresse do trabalho na gente. Agora ela tá melhor. Mas ela é mais boazinha com os meus irmãos, até demais. Ela dá mais atenção pra eles. Acho que porque eles são menores” (sic). Sobre o suposto abuso, “a minha mãe sempre disse que era coisa da minha cabeça, que ele nunca ia fazer isso, porque ele tem duas filhas” (sic). Por fim Paula fala que está tudo bem, mas que ela sabe que a mãe continua se encontrando com Fabricio “porque ela esquece de apagar as mensagens no celular e daí eu vejo. Não sei se ela traria ele pra morar com a gente de novo, mas se isso acontecer, eu mesma vou colocar ele pra fora” (sic) (CREAS, Pato Bragado-PR, 2020).

¹ Todos os nomes citados neste texto foram substituídos por pseudônimos, tendo em vista que a finalidade é discutir a experiência desses sujeitos e não expor quem são.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O trecho acima, retirado do processo da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Marechal Cândido Rondon, movido em favor de Paula, integra o “Estudo Psicológico” dos envolvidos e se refere ao depoimento da mesma, com data de 17 de junho de 2020. Essa cópia estava anexada ao prontuário de Paula disponibilizado pelo CREAS.

Paula constrói uma narrativa no Judiciário em que aponta os abusos sofridos, o descaso da mãe e as atitudes não afetivas da mesma. Apontou que quando contou a mãe sobre os abusos, ela solicitou que Fabricio fosse embora, no entanto segundo a menina, a relação dos dois continuou e, pouco tempo depois, o padrasto voltou a residir com a família. Algo que parece ter indicado a Paula que a mãe não deu importância ao abuso ou mesmo não acreditou que a situação ocorreu. Apesar das reclamações da menina sobre seu desconforto em conviver com o abusador, Paula afirma que Marcia manifestava indiferença e, por isso “fugiu” para a casa de Rodrigo.

A decisão de Paula em abrigar-se na casa dos pais de Rodrigo, bem como irem juntos ao Conselho Tutelar realizar a denúncia, indicam uma relação de confiança que possuíam. Ao que indica as fontes, a convivência entre eles era constante, algo afirmado por Fabiana, mãe de Rodrigo, em conversa com o CREAS, em vistas de manifestar o interesse em cuidar e solicitar a guarda de Paula. Pedido esse negado, uma vez que as funcionárias apontaram a necessidade da autorização legal de Marcia e a existência de protocolos em situações como essa, pois a criança/adolescente deve ser enviado para a família extensa (parentes mais próximos com quem mantem afinidade e afetividade) ou para a família acolhedora (famílias cadastradas no Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora). Em outro trecho do mesmo processo constam o depoimento de Marcia:

Marcia [mãe de Paula] conta que Paula voltou para casa há, aproximadamente, duas semanas. Que está morando apenas com os três filhos agora e que tem pouco contato com Fabricio [um dos padrastos da menina], “a gente conversa muito pouco e se vê porque ele mora lá na cidade” (sic). Questionada sobre a situação que deu origem aos presentes autos, Marcia fala que acordou um dia e a filha, Paula, não estava mais em casa. “Ela tinha ido para casa de um amigo e deixou um bilhete. Falou que queria uns dias de sossego, que não adiantava procurar ela, porque eu não ia saber onde ela tava. Mas o primeiro lugar que eu fui, ela tava lá. Tava dormindo, o amigo dela atendeu a porta, eu disse que ela tinha 15 minutos pra tá em casa, virei as costas e saí. Quando era 10h30, eu tava no trabalho, o Conselho Tutelar me ligou” (sic). Afirma que a filha buscou o Conselho para dizer que tinha sofrido abuso por parte do padrasto e que Marcia estava maltratando os filhos, “mas isso você pode perguntar até pra

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

quem não gosta de mim que a pessoa vai dizer que não é verdade” (sic.) Sobre o suposto abuso, Marcia afirma que não sabe opinar, pois não viu nada. “Eu não vi nada, não via nada e também não prestava atenção nisso” (sic). Relata que tem bom relacionamento com os filhos e que não costuma bater neles, embora “às vezes eles merece, mas eu não bato” (sic.). Informa que Paula está com treze anos de idade, Isabela completou onze há poucos dias e Renan está com nove. De acordo com ela, desde a volta da filha, a convivência tem sido melhor. Questionada sobre os motivos que teriam levado Paula a denunciar, diz acreditar que a filha queria uma vida “como ela acha que os amigos têm, sem ajudar em casa, sem fazer nada. Eu trabalho o dia inteiro fora, chegava em casa no final do dia, cansada, ela não tinha feito nada, mas achava que eu não podia brigar com ela, porque os irmãos não ajudavam” (sic). Marcia fala que o relacionamento com Paula era turbulento “porque ela não me obedecia, saía a hora que queria, voltava a hora que queria. Achava que podia fazer o que quisesse. Quando ela saía, eu dava um horário pra ela voltar, quando chegava a hora, eu mandava mensagem, ela respondia dizendo que ia embora tal hora. Acha que pode escolher, apesar de ela só ter treze anos” (sic). Conforme relato, Marcia soube por outras pessoas que Paula “dizia pras pessoas que se eu encostasse nela, eu perderia os filhos de novo. No dia anterior eu briguei com ela porque ela ficou o dia inteiro no sofá e eu mandando ela fazer o serviço, daí quando levantou, começou a gritar com os irmãos dela, eu dei um tapa nela, mas não no rosto. Foi no braço, assim. Daí no dia seguinte ela saiu de casa” (sic). Conta que a filha foi levada para a casa de sua irmã, Marcela, com quem Marcia não tem uma boa relação. “Ela é tipo aquela irmã exemplar, que todo mundo tem. Daí eu sei que ela é bem rígida, mas eu nunca perguntei como foi quando ela tava lá. Nem queria saber. Era pra eu ficar indo no CREAS, mas eu nem ia porque eu achei bom ela ficar lá, pra ela aprender a valorizar a mãe. Ela que quis sair de casa, ela que procurou isso. Daí me disseram no CREAS que, quanto mais eu fosse, mais rápido a Paula voltava pra casa, daí eu não ia” (sic). “Eu só fui no CREAS porque meus pequenos começaram a pedir dela, mas não fazia questão que ela voltasse logo. Tanto que, no dia que eu fui, eu falei pra eles “eu to aqui por causa dos meus filhos, não por causa de mim”. Tinha que ficar indo lá no CREAS pra ouvir as conversa e elas ouvir as minhas conversa, você sabe como é, aquelas coisa que a gente não gosta de fazer, mas é obrigada (sic). Segundo ela, desde que voltou para casa, Paula está melhor “é que ela começou a trabalhar como babá, então acordava cedo, daí tava melhor. Mas agora foi dispensada porque a patroa vai parar de trabalhar, por causa da pandemia. Agora vamo ver” (sic). Questionada sobre outros acolhimentos dos filhos, Marcia fala que, há cerca de dois anos, os filhos foram para a casa de Marcela pela mesma justificativa, mas com relação a outro companheiro. “O Conselho me ligou, eu não fui quando eles me chamaram. E eu não fui porque eu não quis, porque eu já sabia como que as coisa funcionavam, só que eu não sabia que eles iam levar meus pequenos. Daí depois eu fui. Agora, quando aconteceu isso, eu mandei o Fabricio embora, ele começou a chorar, disse que era mentira, não queria sair, mas eu falei que, se ele não saísse eu ia chamar a polícia porque eu não queria perder os meus filho. Porque eles iam levar os pequenos de novo” (sic). [...] Ao final da entrevista, perguntada se teria alguma informação a acrescentar, algo a mais para falar ou perguntar, a entrevistada disse eu “na verdade eu nem queria falar nada, eu não queria nem estar aqui. Aquelas mulher que trouxeram a gente, eu não aguento nem olhar pra cara delas (Conselheiras Tutelares)” (sic) [...] (CREAS, Pato Bragado-PR, 2020).

Acredito é necessário pensar que tais evidências são construções narrativas sendo necessário refletirmos como esses sujeitos se portam frente a essas relações de poder que

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

visibilizam a maneira como vivem e valoram? Que tipo de visões esses trabalhadores possuem dessas intuições e sujeitos? Que imagens querem produzir de si mesmos nesses espaços? Quais elementos veem como relevantes para destacar nessas circunstâncias? Sobre isso, a Marcia constrói uma narrativa onde aponta que não utiliza violência com os filhos e que até em situações em que os filhos estariam “errados”, e mereceriam apanhar, ela não o fazia. Tais falas evidenciam transformações sociais em relação as crianças e adolescentes, pois Marcia constrói uma linguagem para apresentar ao judiciário negando tais práticas, pois compreende que esse comportamento é passível de ações legais.

Ainda, a justificativa que Marcia constrói sobre como trata Paula é ligada a desobediência em realizar os serviços domésticos destinados a ela. Nesse trecho Marcia indica uma moralidade comum a outras evidências pertencentes ao meu conjunto de documentação, o entendimento de que é obrigação dos filhos obedecerem e realizem o que os pais solicitam, bem como a violência como artifício empregado para correção. Marcia tenta deslegitimar a versão de Paula sobre a motivação de ter saído de casa, pois aponta que no dia anterior tiveram uma briga que ocasionou em um “tapa no braço” - enfatiza que foi no braço, ao meu ver, para indicar que não foi severa quanto a violência, mas ainda assim contradizendo o que disse sobre nunca ter batido nos filhos.

Um outro aspecto da fonte representativo, é a relação de Marcia e Paula com Marcela. Percebe-se que Marcia tem uma visão aproximada com Paula sobre Marcela ao indicarem que a mesma é rígida. Marcia parece compreender que o momento em que a filha residiu com Marcela foi certo castigo que ela recebeu por ter confrontado a mãe e exposto as condições em que viviam. Nesse sentido surgiram questões como: como deve ter sido para Paula residir com Marcela? A escolha de ter voltado para a casa da mãe e sua mudança de comportamento indicam algo sobre as avaliações de Paula? Como foi para Paula conviver novamente com a mãe após ter a denunciado e apontado ressentimentos quanto a afetos e cuidados?

É bastante claro nas narrativas construídas por Marcia que ela faz uma divisão entre os filhos, Paula constrói uma narrativa em que aponta o fato de ser a mais velha, dentre os irmãos, como critério crucial para essa diferenciação, mas o que isso significa a respeito dos modos de vida dos trabalhadores? Entendo que isso esses elementos fazem

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

parte dos modos de vida dos trabalhadores porque muitas outras fontes também apresentam indícios dessas divisões. Em muitos momentos reconhecem que certa idade dos filhos é apropriada para realizar algumas atividades, mas também avaliam as condições que possuem, aquilo que desejam e as afetividades envolvidas nessas relações.

Marcia aponta, ainda, uma mudança positiva no comportamento de Paula e relaciona essa mudança com o trabalho da menina de babá e sua rotina “ocupada” que levava em conta acordar cedo, realizar essa atividade e receber um valor pelo trabalho, pois faz a seguinte avaliação quando aponta que Paula havia começado a trabalhar “daí tava melhor”.

Outro prontuário que apresenta tensões a respeito de como os trabalhadores educam seus filhos e suas práticas de trabalho é o de Júlia, de 10 anos de idade, que foi construído mediante denúncias de violência física e psicológica em relação a menina, encaminhada por uma assistente social do CRAS. Sobre isso, considero significativo o seguinte trecho:

Conforme solicitado, a avó de Júlia Sra. Eliane [mãe de José - pai de Júlia], esteve no CREAS. Eliane relatou que a principal problemática da família e o que vem lhe preocupando muito, é que Jocelaine [mãe de Júlia] sobrecarrega Júlia quanto aos serviços domésticos. Eliane enfatiza “ela ainda é uma criança, não pode ter tantas responsabilidades. Eliane relatou que Jocelaine grita com Júlia quando chega em casa e esta ainda não fez o serviço doméstico. Relatou que nos finais de semana Jocelaine limpa a casa, mas que durante a semana é Júlia que mantém a casa limpa, quanto ao almoço disse que Jocelaine faz. Eliane contou que conforme tem conhecimento, Jocelaine não bate em Júlia mais, como fazia antigamente, contudo, que ela ainda grita com a filha, disse que acredita que Jocelaine necessita de uma psicoterapia. Eliane veio até o Projeto matricular Júlia, disse que já conversou com Jocelaine e esta concordou, a matrícula no projeto é uma forma de Júlia não responsabilizar-se mais pelo serviço doméstico durante a semana. Adriane [irmã mais nova que Júlia cuidava] fica sob os cuidados de Eliane enquanto os pais trabalham. Observou-se que a Sra. Eliane coloca toda a responsabilidade dos problemas familiares a Jocelaine e isenta José das responsabilidades. Eliane relatou que já conversou c/ José para que não sobrecarreguem Júlia nos afazeres domésticos, contudo, ambos justificam que também trabalharam desde novos. (CREAS, Pato Bragado-PR, 2016)

O trecho acima é representativo porque indica uma série de elementos que constituem a experiências de crianças e adolescentes trabalhadores no tempo presente, como por exemplo a discussão envolvendo o trabalho doméstico, o qual despertou-me

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

questões como: por quais razões a denúncia é registrada como violência física e psicológica e não como trabalho doméstico? O que significa dizer que “ela ainda é uma criança” e como isso está ligado ao enredo social do qual esses sujeitos fazem parte? O que as dissidências entre os trabalhadores nos dizem sobre como eles constituem essas convivências e lidam com as adversidades?

Acredito que quando Eliane menciona que matriculando a neta no projeto (atividades desenvolvidas pelas crianças e adolescentes e disponibilizadas pela Secretaria de Assistência) os pais da menina não a sobrecarregariam. Ao mencionar essas atividades desenvolvidas pela Secretaria de Assistência e ofertadas aos trabalhadores na cidade, acredito que é uma brecha para discutir como se tem construído estratégias no tempo presente para buscar modificar as práticas dos trabalhadores. Acredito que esse aspecto pode ser indício das transformações sociais e distinções relativas a temporalidades mais afastadas, pois esse tipo de entendimento foi construído ao passo em que se construíam esses valores sobre a necessidade de proteção desses sujeitos.

O trabalho de Neri (2012) faz uma discussão relevante, a partir de processos da Vara da Infância, Juventude e Família, sobre a relação entre crianças e adolescentes residentes em Toledo-PR, entre a década de 1980 e 1990, e as instituições e outras “sociabilidades” que naquele momento tentavam solucionar os problemas principalmente dos trabalhadores. A análise do autor, ao meu ver, se define sob a seguinte estrutura: no período em que o Código de Menores de 1979 vigorou, o autor aponta, que havia um entendimento pejorativo a respeito das crianças e adolescentes pobres, enquanto “situação irregular”. No entanto, após ocorrer a modificação da legislação para o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, a visão sobre os trabalhadores se modificou, e passou a levar em consideração o entendimento desses sujeitos sociais e de sua cultura, sendo que com essa modificação as instituições governamentais e não governamentais passaram a “reinseri-los” na sociedade com um caráter pedagógico.

Acredito que tais formulações do autor me fazem pensar sobre como entendo o processo histórico e as transformações ocorridas a respeito de como certas instituições, apoiadas em legislações, lidavam e atualmente lidam com as crianças e adolescentes. Com base em minhas fontes, esse processo não foi repentino, pois entendo que as

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

legislações são parte dos processos históricos e de disputas sobre quais questões se tornarão emergentes, mas que apesar disso a instituição de uma lei não necessariamente modifica os valores dos sujeitos sociais e não determina o fim dos conflitos a respeito dessas discussões. Acredito que as transformações sociais precisam ser compreendidas a partir da experiência social dos sujeitos históricos e como eles sentiram essas modificações ou continuidades, como apontado por Thompson (1981), a experiência é uma categoria que “por mais imperfeita que seja, é indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento” (THOMPSON, 1981, p. 15).

A narrativa da avó no trecho acima, possibilita pensar que os trabalhadores possuem moralidades distintas, mesmo que partilhem de certas materialidades. Tendo em vista que a avó reforça que vê como negativa a grande responsabilidade que a neta possui sobre os trabalhos domésticos e o cuidado com os irmãos. Ao meu ver, os valores expostos por Eliane possuem relação com afetividades pela neta, uma vez que manifesta preocupações de que essas práticas a prejudiquem. Mas, também por Eliane estar construindo sua narrativa frente as funcionárias do CREAS, entendo que busca reafirmar que não compactuava com aquelas situações.

Ainda, é relevante pontuar que existe uma diferenciação no que se refere aos cuidados com Júlia. A avó, em suas narrativas, aponta que constantemente auxilia no cuidado com as netas, uma vez que reside próxima a família, mas em nenhum momento apontou que financeiramente os ajuda ou mesmo que auxilia nos trabalhos domésticos que a família entende como necessário. Nesse sentido, cabe questionar: o modo como Eliane vê o trabalho da neta possui ligação com a condição que apresenta nessa relação enquanto avó, não residente na mesma casa que a família? A justificativa de Jocelaine e José, apresentada por Eliane, de que eles também “trabalharam desde novos” indica quais elementos para pensarmos essas relações? Que avaliações Jocelaine e José fazem de sua condição social e das expectativas sobre os filhos? Qual a relação disso com esperarem e pressionaram Júlia a realizar esses diferentes trabalhos?

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A dissertação de Herreira (2015), possui uma discussão bastante interessante sobre os meninos peões que trabalhavam na pecuária pantaneira e que entre 1978-1984, entraram na Justiça do Trabalho para rever seus direitos contra os fazendeiros da região. Ao discutir os sentidos do trabalho principalmente se referindo aos responsáveis pelos meninos, o autor aponta o trabalho de crianças e adolescentes como parte de costumes locais, como ainda percebe nos dias atuais. Indica com base nos processos trabalhistas que o reconhecimento da relação de trabalho era o principal elemento da luta desses trabalhadores na Justiça do Trabalho. Desse modo, a pesquisa de Herreira contribui para pensar o reconhecimento do trabalho de crianças e adolescentes nos dias atuais, não somente em relação à trabalhos com vínculo empregatício, mas também no que se refere ao trabalho desempenhado por esses sujeitos para a própria família.

Entendo que todos esses convívios entre os trabalhadores, sujeitos da pesquisa, e outros trabalhadores, são bastante complexos e tensionados, no entanto acredito que muitas vezes existem certos trabalhos que essas crianças e adolescentes realizam e que são condenáveis socialmente, acabam por tencionar ainda mais essas relações. A experiência de Guilherme é representativa nesse sentido, uma vez que um dos trabalhos que realizou em sua trajetória, envolvia programas em uma casa de prostituição em Toledo-PR.

Tendo em vista a prostituição por Guilherme, esta equipe encaminhou e acompanhou Guilherme até a Unidade Básica de Saúde-UBS, do município [Pato Bragado] para agendar exame de sondagem de doenças sexualmente transmissíveis, no entanto, o adolescente não compareceu no dia para a realização do exame, e não mostra interesse em agendá-lo novamente. Jaqueline [mãe de Guilherme] também foi orientada sobre a importância desse exame, no entanto, também não demonstrou interesse. [...] Ressalta-se que dentre todas as orientações repassadas à família, esta equipe demasiadamente orienta Guilherme sobre os perigos e as consequências da prostituição, contudo, o mesmo apresenta uma ideia fantasiosa sobre a conduta, não reconhece os riscos e não apresenta interesse em se desvincular, utilizando-se inclusive para esta equipe da frase “eu ainda não consegui me desligar da prostituição” (sic), a qual foi proferida de forma satisfatória. Sugere-se que a família permaneça sendo acompanhada no município que irá residir. (CREAS, Pato Bragado-PR, 2016)

O trecho acima, retirado do relatório de arquivamento do prontuário da família, datado de 17 de fevereiro de 2016, tendo em vista sua mudança para São Jorge do Ivaí-

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

PR. As funcionárias do CREAS apontam que tanto Guilherme quanto Jaqueline não “demonstravam interesse” em realizar os exames de doenças sexualmente transmissíveis, encarados pela equipe como necessários. Surgiram questões como: porque esses sujeitos não “demonstrarem interesse” naquela situação? Como Guilherme e Jaqueline viram as cobranças da equipe do CREAS e da UBS levando em conta que residiam em cidade como Pato Bragado? Como Guilherme e Jaqueline viam esse trabalho? O que Guilherme quis dizer ao apontar que não “conseguiu” desligar-se da prostituição? Quais tensões são possíveis de perceber entre os trabalhadores que foram denunciados e/ou tiveram que prestar esclarecimentos e os funcionários dessas instituições?

Nesse sentido, acredito que é necessário discutir não somente como são vistas práticas como a prostituição pela cidade de Pato Bragado² (como no Oeste do Paraná), tendo em vista que a cidade é pequena e a maioria das pessoas se conhecem, bem como em uma temporalidade em que práticas como essa são entendidas por muitas instituições e sujeitos como necessárias de erradicação e inaceitáveis.

Ao meu ver é possível discutir a partir dessas questões as tensões entre esses sujeitos, especialmente porque há um conflito entre moralidades, próprias da posição social desses sujeitos (uma vez que os trabalhadores acessam como denunciados e essas instituições estão na posição de orientar e questionar essas práticas), tendo em vista a tentativa de instituições controlarem o comportamento desses sujeitos. Assim, esses trabalhadores “não reconhece[m] os riscos” do trabalho com a prostituição? Ou, mesmo, “apresenta[m] uma ideia fantasiosa sobre a conduta”? E é por esse motivo que continuam trabalhando nessas condições? O fato de Guilherme trabalhar como travesti indica algo sobre suas possíveis avaliações quanto a empregos que poderia encontrar ou o que poderiam pensar dele na cidade? Ou, mesmo, sobre a continuidade desse trabalho?

É relevante mencionar que o trabalho desempenhado por Guilherme, não é isolado, mas compõe um cenário em que esse tipo de trabalho é visto como rentável e possível de construir um horizonte de possibilidades também a outros trabalhadores, uma

² Em 2020 a população estimada foi de 5.684 habitantes e sua área territorial foi de 135,600 km², de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/pato-bragado.html?>> Acesso em 10 de agosto de 2021.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

vez que a equipe e Guilherme mencionam Amanda que estava trabalhando em conjunto com ele naquele local.

A trajetória de Guilherme é acompanhada pela equipe desde quando tinha 6 anos de idade quando foi deferida a guarda do menino para a mãe e estabelecidas medidas protetivas contra o pai, uma vez que, segundo constam nas evidências, abusava sexualmente da criança. Acredito que esse elemento presente na trajetória de Guilherme seja importante porque possui relação com a construção de moralidades e expectativas do trabalhador, bem como o modo como age diante das cobranças dessas instituições. Além disso, isso deve ser mencionado também porque é algo levantado por Guilherme quando solicita à equipe se a medida protetiva poderia ser retirada, uma vez que sente falta do pai e queria poder conviver com ele, como no trecho:

A principal problemática observada em Guilherme, foi o seu excesso de liberdade, uma vez que o mesmo acredita que não deve obediência aos familiares, e estes, conseqüentemente já não conseguem impor limites ao adolescente. Ressalta-se que esta equipe está orientando Guilherme e sua família, a fim de superar esta problemática. [...] Esta equipe aproveita a oportunidade para explicar um pedido de Guilherme, assim como, solicitar orientações. O adolescente verbalizou a esta equipe, assim como, solicitou que fosse repassado ao Poder Judiciário, que o mesmo gostaria que fosse revogada a medida de proteção, pela qual ele não pode ter contato com o genitor. Uma vez que o adolescente demonstrou o interesse em ter contato com o pai, assim como, de frequentar a residência do mesmo. Assim sendo, fica-se no aguardo de orientações (CREAS, Pato Bragado-PR, 2015).

O trecho acima, compõe o relatório produzido pelas funcionárias do CREAS para o Ministério Público de Pato Bragado com data de 17 de novembro de 2015. Acredito que a solicitação de Guilherme indica uma divergência quanto aquilo que os trabalhadores desejam fazer a respeito de suas vidas e o que é estipulado legalmente sobre o que devem ou não fazer, que espaços devem ou não frequentar, com quais sujeitos devem ou não manter vínculos.

Ainda, as ações e valores de Guilherme criticados pelas trabalhadoras, são entendidas como consequência do “excesso de liberdade” que a família possibilitou ao trabalhador, indicando que isso fez com que ele valorasse que não deve “obediência aos familiares”. Esses aspectos trazidos pelas fontes fazem questionar: o que a equipe

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

esperava da educação proposta pela família de Guilherme? E como veem esses sujeitos e suas condições? Como as funcionárias lidaram com o fato de que suas orientações/encaminhamentos, bem como as legislações que direcionam suas ações, eram desconsiderados pelos trabalhadores e incompatíveis com suas moralidades?

Apesar de muitos trabalhadores, como Marcia, reclamarem das interferências dessas instituições sobre suas vidas e sobre a vida de seus filhos, ou mesmo, aparentarem desinteresse quanto as orientações da equipe tal qual Guilherme e Jaqueline, alguns outros trabalhadores em outros momentos, veem no CREAS, a possibilidade de resolução de seus problemas. Sobre isso, indico um trecho do prontuário de Jorge, de 15 anos, que foi denunciado por violência contra a avó, Lucia, de 66 anos.

Relatou que a mãe de Jorge pediu a ela que cuidasse do neto, tendo em vista que o mesmo “se envolveu com coisa errada no Paraguai, e estava ameaçado de morte”, Lucia disse que se sensibilizou com a situação, e aceitou ficar com o neto. No entanto, atualmente disse que “não consegue mais lidar com o neto, pois se envolveu com o trabalho ilegal (se referindo ao tráfico de drogas), que não tem hora para sair e voltar para casa, e que não a obedece.” Relatou também que “anda com más companhias”, e que por conta disso, ela não pode nem sair de casa, se referindo a passear em outros municípios, pois sabe que se sair, o neto vai levar seus amigos que são más companhias, em sua casa, e que vão aprontar. Relatou que Jorge não quer mais estudar. Disse que já pediu a mãe de Jorge que busque ele para morar de volta no Paraguai, no entanto, que a mesma alega que no momento a fronteira esta fechada, devido a pandemia, que quando abrir irá buscar o filho. Porém, disse que o neto não quer ir. [...] Lucia posteriormente ao atendimento ligou no CREAS para falar com as profissionais novamente, disse “que esqueceu de perguntar, mas que queria saber senão tinha como mandar o neto Jorge para o juizado de menores, e que tinha sido a mãe dele que mandou pedir”. A equipe explicou para ela que não existia essa possibilidade.(CREAS, Pato Bragado-PR, 2020).

O trecho se refere as anotações das funcionárias do CREAS sobre o atendimento realizado dia 23 junho 2020 com Lucia, em que a mesma narra como estava a convivência com o neto. Narrou que o mesmo foi residir com ela por conta de um pedido da mãe do garoto, que reside no Paraguai, pois temia que o filho fosse assassinado por se “envolver com coisa errada” naquela localidade. Lucia apontou que se solidarizou com a situação, tendo em vista que o pai do menino, filho de Lucia, reside no Mato Grosso por conta de seu trabalho e não tem proximidade com ele. A convivência com o trabalhador é indicada por Lucia como insustentável, uma vez que “não consegue mais lidar com o neto” e indica diversos elementos que impossibilitaram esse convívio, além de não obedecer e não

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

auxiliar nos serviços domésticos, Jorge é traficante de drogas “ ‘ele atravessa o lago [entre Paraguai e Brasil] com o pessoal do tráfico, com o qual trabalha.’ [...] disse que ele chega frequentemente com grande quantia de dinheiro, R\$600,00/ R\$ 1000,00 relativa ao trabalho com o tráfico, e que ele gasta tudo ‘atoa’ ” (CREAS, Pato Bragado-PR, 2020).

Por conta disso, Jorge possui amigos que tem o mesmo emprego, assim além de estar constantemente preocupada, não entende como possível sair de casa para realizar atividades de lazer, uma vez que sabe que ao fazer isso o neto pode os levar até sua casa, algo que indica que a idosa teme por seus bens. Com a pandemia essa situação se agravou, uma vez que a mãe do menino não poderia vir busca-lo “porque a fronteira estaria fechada”.

Assim seria possível supor que Lucia tenha realizado a denúncia contra o neto (uma vez que não há anotações sobre quem a fez)? Como Lucia vê o trabalho desempenhado pelo neto? Qual expectativa Lucia possui em relação as ações da equipe diante da sua condição? Sobre essas questões, não possuo respostas definidas, no entanto analiso que Lucia tinha a intenção de se afastar do neto, algo que também é demonstrado por ela quando questionou a equipe se poderiam enviar Jorge ao Juizado de Menores e, em outra ocasião, se poderiam colocar ele em uma clínica de reabilitação.

O trabalho com o tráfico também foi desempenhado por Igor, trabalhador que aparece em outro prontuário desse conjunto de documentação, onde consta que em 2019 foi internado no Centro de Socioeducação (CENSE) de Laranjeiras do Sul-PR, quando possuía aproximadamente 16 anos para 17 anos, momento em que, foi preso em flagrante, conforme os registros, quando fazia um carregamento de drogas do Paraguai ao Brasil.

Renata [mãe de Igor] esteve no CREAS. Verbalizou que trabalha na Lavanderia, que sai de casa as 06:40 min e retorna 17:30. Relatou que está muito triste com o que aconteceu com o filho. Verbalizou acreditar na inocência dele, que o filho vai para o Paraguai para visitar o pai, e aceitou uma carona para voltar, para não precisar pagar a balsa, contudo “que se deu mal”. Que ofereceram carona para ele, e no caminho pediram se ele ajudaria a descarregar uma carga de cigarro por R\$50,00, e que o filho aceitou pois não soube como dizer não, contudo que quando começou viu que não era cigarro e sim maconha. E que logo na sequência a polícia chegou. Acrescentou que Igor fica “preso em uma cela”, e que só sai para ir na psicóloga, e que os estudos são levados até ele na cela.

Igor está no Cense de Laranjeiras do Sul. Pegou 1 ano de regime fechado porque era tráfico internacional. (CREAS, Pato Bragado-PR, 2019)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O trecho acima, se refere as anotações da assistente social, sobre o acompanhamento da família de Igor. Acredito que essas narrativas sejam importantes para pensar a respeito de como são entendidas essas práticas nas redes de convivências dos trabalhadores. Cabe questionar para tanto: que tipo de visão Renata possui em relação as ações de Igor? E em relação ao suposto trabalho que realizava? Por quais razões Renata defende Igor e Lucia expõe Jorge?

Vejo que essas questões fazem pensar sobre essas construções narrativas, bem como fazem questionar qual o espaço das afetividades sobre os valores e ações dos sujeitos. Apesar do tráfico de drogas aparentemente nas evidências ser encarado comumente como condenáveis, o modo como os sujeitos vão tratar esses trabalhos depende de quem os exerce e dos laços afetivos construídos nessas convivências, das intencionalidades desses sujeitos e da relevância colocada pelas funcionárias que realizam essas anotações. Uma vez que, muitos outros tipos de trabalhos, não são descritos com a relevância que o tráfico de drogas e a prostituição são sinalizadas, como é o caso do trabalho de babá realizado por Paula:

Explicou-se para Paula como seriam os atendimentos, tendo em vista as medidas de prevenção ao corona vírus, e que alguns atendimentos seriam pelo celular e outros seriam presenciais no CREAS, Paula disse que seria melhor por celular, porque ela ainda não consegue caminhar direito, devido o machucado na perna, questionou-se a mesma, a qual disse que caiu do telhado, questionada o que aconteceu, respondeu, “ah outra hora eu conto, é muita coisa para falar”. Depois de um tempo de conversa, Paula relatou que “estava trabalhando de baba de um menino de seis anos, filho de Silvia e de Gustavo, o qual residiam embaixo de sua casa, que eles se mudaram pra Nova Santa Rosa, e que para receber um mês cheio, ela foi junto para Nova Santa Rosa, onde ficaria na casa deles e trabalharia por mais duas semanas. Que Silvia e o marido brigaram, porque alguém falou que Silvia tinha ficado com um terceiro, amigo de Gustavo, que ele então expulsou ela de casa, e que como Paula estava sob a responsabilidade dela, foi junto. Que como não tinham acesso a casa, pois ele trancou as para fora, Paula tentou entrar na casa pelo telhado, quando então caiu em uma mecânica que fica ao lado, que machucou a perna e fez vários arranhões pelo corpo. Ressaltou que não sabia como voltaria para Pato Bragado, se seria de carro ou de ônibus, e acabou voltando de ambulância. Relatou também que enquanto o casal brigava, ela estava junto, e ficava gritando “ihull, eita”. Quanto a reação de sua mãe, “que ela disse que nunca mais vai deixar ela ir a casa dessa Silvia”. Relatou que “fez vários exames, que ficou de muleta por uma semana, ai largou as muletas e depois precisou voltar, que fez vários exames e que a perna ainda dói, que o médico falou que ficou “líquido na perna”, que terá que aguardar se vai se eliminar sozinho ou se terá que fazer uma intervenção para tirar” (CREAS, Pato Bragado-PR, 2020).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Nesse trecho, apesar dos poucos indícios sobre a condição de trabalho da menina, é possível entender que tal emprego provavelmente foi possível devido a convivência desses trabalhadores, pois seus empregadores eram seus vizinhos. E, que a mudança dos mesmos para Nova Santa Rosa fez com que Paula decidisse ir junto para “receber um mês cheio”, indicando a necessidade de receber essa monetarização. No entanto, essa convivência não foi tranquila, uma vez que nesse período ocorre uma briga entre o casal de patrões e por esse motivo é expulsa da casa junto com a patroa que lhe contratou e passa ali diversas adversidades como não ter acesso a seus pertences, alimentação, dormir, nem a saber como voltaria para Pato Bragado, bem como, sofreu um acidente na tentativa de retornar para a casa pelo telhado.

Desse modo, para finalizar, proponha as seguintes questões – que também foram questões norteadoras desse texto - e que estão sendo pensadas em conjunto com as fontes: quais os tipos de denúncias são realizados a essas instituições? O que isso nos diz sobre as ações e moralidades que são aceitas ou condenáveis/inaceitáveis socialmente? Quais os tipos e por quais razões certos trabalhos são os focos dos atendimentos enquanto que outros são vistos como irrelevantes? Como se definem que práticas são moralmente aceitas enquanto trabalho? Como os trabalhadores, sujeitos dessa pesquisa, veem essas denúncias e o enfoque dado para determinadas situações nessas instituições?

Referências bibliográficas

HERREIRA, Carlos Alexandre. **Os trabalhadores da pecuária pantaneira em ação: a trajetória dos meninos peões na Justiça do Trabalho (1978-1984)**. 2015, 121 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourado – UFGD. Dourados.

LARA, Silvia H. Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 17-9, 2008.

NERI, Cristiano. **Entre “irregularidades” e sociabilidades: histórias de crianças e adolescentes pobres em Toledo/PR (1980-1990)**. 2012, 217 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Marechal Cândido Rondon.

**ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História
Rio de Janeiro/RJ, 2021**

THOMPSON, E. P. A Miséria da Teoria Ou um Planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.